

Aparelhos Privados de Hegemonia na Saúde: Pandemia de Covid-19 e Negacionismo Científico no Brasil¹

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Introdução

Fenômenos pandêmicos na história da humanidade sempre levantaram o tema das soluções mirabolantes, abrindo espaço para as práticas de charlatanismo e negacionismo científico. Na Pandemia de Covid-19 esse aspecto não distinto, em que pese o fato de estarmos no século XXI, e em princípios existir avanços no campo científico, a ascensão de governos de extrema-direita, a exemplo dos Estados Unidos com Donald Trump, e no Brasil com Jair Bolsonaro, baseados na emissão de fake news, preparou um terreno fértil para a disseminação do negacionismo científico em meio à pandemia de Covid-19. O avanço do meio técnico-científico-informacional proporcionou a compressão do tempo-espaço de modo que eventos locais podem atingir fluxos globais devido à interconexão promovida pelas cadeias produtivas do capitalismo.

Esse avanço também implica no aprofundamento das condições deletérias pelas quais as classes trabalhadoras e grupos subalternos vivenciam a partir da exploração do trabalho, e dos efeitos das crises do capital, como observamos em 2008, e agora, com o aprofundamento com a crise sanitária, vista no marco da totalidade, faz parte uma tripla crise engendrada por esse modo de produção: crise ambiental; econômica e social. O Brasil, não escapa desse processo, incluído no marco da produção e circulação de capital de forma dependente, o país se destacou, mesmo tendo um Sistema Único de Saúde (SUS), como um dos epicentros da pandemia, totalizando mais de 700 mil óbitos, em meio ao governo do ex-presidente Bolsonaro, que promoveu ações negacionistas como a adoção do tratamento precoce e morosidade na imunização, contrariando organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), que de fato não podem ser enxergadas como entidades neutras, mas que ainda assim, desempenham uma função no tocante à elaboração de protocolos sanitários em períodos pandêmicos.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. Foi produzido tendo por base as reflexões que realizamos no sexto capítulo da tese CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E PANDEMIA: a gestão bolsonarista da crise sanitária de Covid-19 no Brasil, realizada por Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG) sob orientação do professor Dr. Gonzalo Adrián Rojas. No momento de submissão deste escrito, a tese ainda se encontrava em período de finalização, podendo haver distinções entre a escrita de nosso capítulo e o presente artigo.

² Graduado em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); licenciado em Geografia pela UFCG; Mestre e Doutorando no PPGCS-UFCG; pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRAXIS). E-mail: kleiton_wagner@hotmail.com

Nesse sentido, no presente artigo partimos da hipótese que o negacionismo científico do governo Bolsonaro apresentou um nexos operativo entre frações importantes da sociedade civil e a sociedade política, naquilo que o marxista sardo Antonio Gramsci denominou como aparelhos privados de hegemonia. Entendemos que houve, na experiência brasileira, a existência de uma produção intelectual realizada por Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) no meio médico, que forneceu subsídios para a manifestação negacionista do governo Bolsonaro. A partir de nossa hipótese, tivemos em vista analisar o posicionamento 5 agrupamentos médicos que atuaram na formação de consenso em torno de temas como tratamento precoce; medidas profiláticas e vacinação: I) Conselho Federal de Medicina; II) Associação Médica Brasileira; III) Instituto Brasil de Medicina; IV) Médicos pela Vida; V) Movimento Brasil Vencendo a Covid. Para o alcance de nosso objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da questão dos APHs em Gramsci, assim como o levantamento documental, notas, manifestos e notícias relacionadas a esses agrupamentos, e a transcrição e análises de lives do Ex-Presidente Bolsonaro.

Além dessa introdução, e das considerações, o presente artigo possui um total de três partes: na primeira pensaremos a atualidade do pensamento de Antonio Gramsci para compreensão da problemática investigada, demonstrando assim, a operacionalização de categorias importantes pensadas pelo autor como Estado integral; sociedade civil; sociedade política; hegemonia e aparelho de hegemonia; na segunda, realizaremos uma apreensão sobre a conexão entre negacionismo a pandemia de Covid-19, demonstrando que esse fenômeno não está desvinculado de interesses de classe; na terceira e última parte evidenciaremos, mediante uma análise empírica, as posições dos agrupamentos de médicos que tratamos como APHs, e quais suas conexões com o negacionismo perpetrado pelo governo Bolsonaro na crise sanitária.

Retomar Gramsci para analisar a realidade brasileira

A produção intelectual e atividade política de Antonio Gramsci tem contribuído para o entendimento de fenômenos associados às lutas de classes. No Brasil, a recepção de suas elaborações data pelo menos do século XX, quando inicialmente Partido Comunista Brasileiro (PCB) e intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, disseminaram sua obra, com traduções para o português, dos cadernos do cárcere. Desse modo, não é raro observarmos na perspectiva marxista brasileira, a influência de Gramsci em trabalhos, em análises sobre a realidade brasileira que buscaram romper com os esquemas dogmáticos e mecanicistas, stalinistas, que traziam a reboque o economicismo como primado analítico, desconsiderando a dialética, a política e a totalidade das relações sociais de produção, centralmente interpretado na linha de renovação do Partido Comunista Italiano (PCI) que havia abandonado qualquer perspectiva estratégica revolucionária. Na atualidade, a conjuntura política brasileira também fez com que Gramsci contribuísse através das análises sobre as lutas de classes; partidos políticos; movimentos sociais, sobre como em nossa formação econômico-social os dinamos inerentes às relações existentes entre sociedade política e sociedade civil se dão no marco da totalidade. Apesar do espaço reduzido que ocupa o marxismo na academia, as análises gramscianas tem tentado superar análises reducionistas.

Entre essas análises destacamos por exemplo as investigações sobre movimentos de extrema-direita no país, em especial o integralismo que cunhou o Brasil como o país que teve o maior “partido fascista” fora da Europa³; análise sobre o processo de transformismo pelo qual o Partido dos Trabalhadores passou até se tornar um partido da ordem burguesa; atuação de APHs empresariais no Brasil, etc. Tais análises, contemporâneas da conjuntura política brasileira, contribuem ao debate acerca da nossa condição histórica, econômica e política. Com a redemocratização em 1988, passando pela implementação do neoliberalismo pelos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, temos visto os problemas sociais no Brasil se aprofundarem, as contrarreformas tomarem maior impulso, e os direitos sociais serem suprimidos pela lógica da exploração capitalista. A ascensão dos governos petistas a partir de 2002 não conseguiu retroceder a barbárie capitalista, mas a aprofundou numa perspectiva conciliatória.

A realidade brasileira, repleta de iniquidades sociais inerentes à sua formação econômico-social dependente, implica a necessidade de retomarmos as elaborações de Gramsci para a análise dos processos políticos que ocorrem na América-Latina, o que inclui a brasileira. O modo como os fenômenos políticos se materializaram no país, e a influência do imperialismo, fazem com que esse autor seja retomado. O Golpe institucional de 2016 aplicado sobre o PT, a implementação de contrarreformas neoliberais aprofundadas pelo governo Temer, e a ascensão da extrema-direita como governo a partir da eleição de Bolsonaro em 2018 nos traz novos elementos para pensarmos a nossa realidade a partir de Gramsci.

Do ponto de vista da nossa conjuntura política, compreendemos, a partir da análise concreta da situação concreta⁴, que a própria ascensão do governo Bolsonaro não está separada da perspectiva da luta de classes no Brasil, implicando não apenas num fenômeno de caráter eleitoral, mas na própria imbricação da debilidade dos governos petistas em tentarem administrar o capitalismo dependente brasileiro, numa perspectiva de conciliação entre os interesses do capital e do trabalho. A crise orgânica⁵ que se instalara no Brasil a partir dos dínamos internacionais com a crise capitalista de 2008, e as pressões centrífugas impossibilitaram o atendimento das demandas

³ CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965—cães de guarda da ordem burguesa*. UFF/UNIOESTE, Niterói-RJ (tese de doutoramento), 2005.

⁴ LENIN, Vladimir Ilitch. *Kommunizm: Jurnal Komunistitsheskogo Internatsionala dlya Stran Yugo-Vostotchnoy Evropy (Na Nemetskom Yazyke)*. Vena, Tetradi 1–2, ot 1 Fevralya 1920, do 18-oy, ot Maya 1920. In: _____. *Polnoe Sobranie Sotchineniy*. 5. ed. Moscou: Izdatel'stvo Polititsheskoy Literatury, 1980, t. 41, p. 135–137

⁵ GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1932–1934] 2007. p.11–111.

conciliatórias, mediando o surgimento do movimento pluriclassista das jornadas de julho de 2013⁶.

A perda de concesso do PT no seio da sociedade civil, e a impossibilidade da direita, em especial de partidos como o PSDB capitalizar a operação lava-jato, e apresentar uma opção política como representante dos interesses gerais da sociedade, implicou num espaço aberto ocupado por Bolsonaro. Sua eleição representou não apenas a vitória das camarilhas militares, mas o modo como as classes dominantes resolveram os impasses do período.⁷ A eleição de Bolsonaro não foi um ponto de inflexão na formação econômico-social brasileira, mas, fruto da sociabilidade capitalista na periferia. Implicou no aprofundamento da exploração do trabalho⁸, na promoção de contrarreformas no âmbito do trabalho, da educação, das políticas sociais para os LGBTQIA+, e em especial, no campo da saúde pública⁹.

Com a Pandemia, a barbárie bolsonarista se materializou na promoção de mortes e descaso para com a crise sanitária, realizando assim um misto de negacionismo científico, sabotagem às medidas realizadas por prefeituras e estados, como uma forma de salvaguardar os interesses capitalistas do país. Por esse motivo, no próximo tópico teceremos algumas considerações sobre a questão do negacionismo científico, como um mecanismo manejado pelo governo Bolsonaro como uma forma de criar consenso em torno da gestão do seu governo em meio à pandemia.

A questão do negacionismo científico na pandemia de Covid-19

O negacionismo não é um fenômeno novo em nossa sociedade, todavia, no Brasil, após a experiência da pandemia, a Academia Brasileira de Letras, no ano de 2021, inseriu em seu banco de verbetes o termo, juntamente com os léxicos: infodemia, covid-19, pós-verdade, negacionismo e necropolítica, na sexta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp). O negacionismo foi definido pela organização como: “Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam”.¹⁰

⁶ CALIL, Gilberto Grassi. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 47, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em: 10 dez. 2013.

⁷ Argumentamos, a partir de uma perspectiva de independência política, que não se pode desconsiderar nesse bojo, a prisão arbitrária de Lula pelo lavajatismo, que teve chancela do Supremo Tribunal Federal (STF), impedindo que as classes trabalhadoras votassem em quem quisessem.

⁸ LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 32, 2012. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/870>. Acesso em: 2 abr. 2020.

⁹ MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo; MELO, Mariana. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. *Saúde e Sociedade*, v. 32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210307pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

¹⁰ Academia Brasileira de Letras. Negacionismo. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 3 abr. 2022.

Do ponto de vista da construção histórica da Ciência, em seus distintos ramos do conhecimento, seja por ações com interesses econômicos, políticos, ou de exercício de influência, e até mesmo por ignorância, o tema não é recente. Em que pese esse fato, a novidade de nossa quadra histórica está imbricada com a disseminação do negacionismo em meio ao desenvolvimento técnico-científico-informacional¹¹, o que implica na difusão da negação da realidade concreta em escalas de tempo e alcance mais profundos.¹²

Segundo José Luiz Ratton, para entendermos o negacionismo é preciso que reconheçamos que esse fenômeno está vinculado a processos de negação individual e coletivos. Nesses fenômenos é possível identificarmos tanto pessoas que se enganam, como também enganam outras, ou seja, mesmo com o recalque de desejos, autorrepressão e o não reconhecimento de debilidades, a negação não se vincula apenas a uma esfera individual, mas na interação entre indivíduos, que vivem numa sociedade, que são pertencentes às classes sociais.¹³ Desse modo, considera-se que não há apenas um negacionismo, mas, negacionismos: histórico; científico; ambiental, etc., O negacionismo produzido e disseminado por líderes de extrema-direita como Donald Trump; o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, Steve Bannon (Ex-estrategista-chefe da Casa Branca e conselheiro sênior de Donald Trump), Bolsonaro e família, encontram segurança em gerações de negacionistas, sendo, portanto, reproduzida no tecido social. Essa reprodução atua na internalização de dúvidas de modo persistentes mediante a disseminação de *fake news*, impulsionadas pelas mídias sociais.¹⁴

Etimologicamente o léxico negacionismo tem origem na língua francesa (*négalionisme*), utilizado após a Segunda Guerra Mundial para caracterizar a negação do extermínio dos judeus e de outros grupos durante o holocausto nazista. Após esse período, seu grau de influência aumentou para outras esferas: negação dos impactos do tabaco e no câncer; vacinas; teoria da evolução; aquecimento global. Em relação ao negacionismo científico a autora enfatiza este está atrelado a interesses extracientíficos, de modo a ameaçar a credibilidade da ciência, e a própria democracia¹⁵.

¹¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

¹² BASSANI, Ana Taís; SIMONI JUNIOR, Sergio; FABRIS, Gabriela. SARS-COV-2: pandemia, negacionismo científico populista de extrema direita e a utilização *off label* de medicamentos. *Revista de políticas públicas*. São Luís, MA. Vol. 25, n. 1 (2021), p. 228-244, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17286>. Acesso em: 3 abr. 2022.

¹³ RATTON, José Luiz. Negacionismo. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil* [recurso eletrônico]. Recife: Cepe editora, 2022. pp.414-420.

¹⁴ KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

¹⁵ KROPF, Simone Petraglia. Negacionismo Científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil* [recurso eletrônico]. Recife: Cepe editora, 2022. pp.421-422.

Governos como o do ex-presidente Bolsonaro utilizam do negacionismo científico para criar consenso em sua base eleitoral. Na pandemia de Covid-19 foi possível observar a implantação de desinformação, *fake news* e rumores nas mídias sociais para ser possível desacreditar a produção científica em torno de medidas profiláticas e da vacinação. Como as mídias sociais acabam criando bolhas que se retroalimentam, tais informações são disseminadas em distintos grupos que passam a se reproduzirem, terem voz e autoridade mediante textos e vídeos, mesmo que tais mecanismos sejam inteiramente falsos, equivocados e sem nenhuma argumentação científica.¹⁶

Com o intuito de fragilizar as pesquisas científicas, o negacionismo procura se parecer científico, se apresentando em revistas predatórias¹⁷, embora não sejam reconhecidos pela comunidade acadêmica devido a falhas nas pesquisas, o não uso do método científico, e até a manipulação de dados e informações. Dentre esses espaços podemos identificar os *think tanks* e publicações que não seguem o rigor científico, mas são organizadas e distribuídas na sociedade civil.¹⁸

Essa disseminação objetiva atingir uma determinada audiência, operando a partir da ideia de debater “os dois lados”, quando de modo concreto, querem explorar controvérsias produzidas com base na opinião e não no método científico. Ao estabelecer essa ilusória simetria, o campo científico fica em desvantagem, tanto pelo rebaixamento das argumentações, quanto pelo próprio campo em que se estabelece o debate, sendo mais uma questão de opinião. Com a experiência da pandemia no Brasil observamos essas facetas, especialmente nos momentos em que Bolsonaro colocou as recomendações de organismos como a OMS e a Fiocruz em descrédito. Mas, Bolsonaro não apresentou essas ideias de sua formação, e muito pelo seu esforço em pesquisar ou estudar sobre o tema, na verdade, o Ex-Presidente foi assessorado por grupos e movimentos médicos que atuam como APHs na sociedade civil brasileira. No tópico a seguir conheceremos um pouco mais sobre as principais organizações e movimentos médicos que reafirmaram o negacionismo como tônica argumentativa, munindo o governo Bolsonaro para a promoção do negacionismo e de uma política de morte.

O bolsonarismo médico: Aparelhos Privados de Hegemonia na Saúde

As elaborações de Gramsci sobre Aparelho Hegemônico fazem parte de uma totalidade prático-teórica. Como revolucionário, compreendia que não poderia existir práxis revolucionária sem teoria revolucionária. Desde as primeiras elaborações sobre o conceito de hegemonia, Gramsci introduziu a noção de Aparelho hegemônico na reflexão sobre o Estado capitalista, argumentando que este também atua na fomentação

¹⁶ CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade*, n. Serv. Soc., 2021 (140), p. 30–47, jan. 2021.

¹⁷ BORGES, Nuno; PENEDO, Jorge. O desafio de escolher onde publicar — As revistas predatórias!. *Revista Portuguesa de Cirurgia*, [S.l.], n. 42, p. 5 - 6, sep. 2017.

¹⁸ Kropf, 2022, p. 423.

de consenso mediante associações políticas que funcionam como organismos privados na sociedade civil¹⁹.

De modo não apriorístico, Gramsci evidenciará que por exemplo, os jornais fomentam a opinião pública e buscam realizar a defesa dos interesses de classe colocando os interesses da burguesia como interesses gerais.²⁰ Aqui, a operação do conceito de Hegemonia, entendido como coerção mais consenso, implica numa relação dialética que em seu exercício normal, se caracteriza pelo equilíbrio. No âmbito da sociedade civil, ninguém está desorganizado e sem partido. Dessa forma, diante do conjunto de multiplicidades de organizações que existem na sociedade civil, uma ou mais organizações prevalecem, construindo assim, o aparelho hegemônico de um determinado grupo social²¹.

Devido à compreensão dialética que Gramsci apresenta no tocante a perspectiva do Estado integral, no qual sociedade política e sociedade civil expressam a correlação de forças na construção da hegemonia, como também elemento preponderante nas lutas de classes, sendo afirmativo ao refletir que: “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”²². A compreensão do “privado” representa a referência à sociedade civil, por não fazer parte da Sociedade Política, mesmo que tenha relações no estabelecimento de consenso e defesa de interesses como veremos nos próximos tópicos.²³ Sendo assim, privado implica grupos organizados na sociedade civil, dos quais consideramos: jornais; associações; institutos; organizações; clubes; *think tanks*; movimentos, etc.

Na pandemia, avaliamos que a gestão bolsonarista em relação teve apoio de APHs atuantes no meio médico. Esse apoio serviu para estabelecer um consenso no seio da sociedade civil para a chancela das argumentações e ações realizadas pelo governo. Percebemos que, se de um lado o governo Bolsonaro tentou procurar justificativas pseudocientíficas, por outro, tais grupos conseguiram aumentar sua influência na sociedade política, pelo menos no período da gestão bolsonarista como veremos a seguir.

¹⁹ LIGUORI, Guido. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 44–45.

²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*: Volume 1. Seara Nova: Lisboa, 1976.

²¹ GRAMSCI, Antonio. Dos cadernos miscelâneos. Caderno 3 (1930). §. 136. organizações das sociedades nacionais. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. São Paulo: Civilização Brasileira, pp. 253–254.

²² GRAMSCI, Antonio. Dos Cadernos miscelâneos. Caderno 6 (1930-1932). In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2002. pp. 223-258.

²³ ALIAGA, Luciana. *Curso: Introdução ao pensamento de Gramsci 2: Cultura, intelectuais e classes subalternas*. Contrapoder BR. YouTube, 28 de maio de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/kFIPnrEH18g>. Acesso em: 11 out. 2022; ALIAGA, Luciana. *Do sul ao norte: uma introdução a Gramsci*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2021.

Conselho Federal de Medicina

A vitória de Bolsonaro em 2018 deu aos médicos perspectivas de defesa de seus interesses corporativos. Em 2019 conquistaram o Revalida para médicos formados no exterior, em especial, aos médicos cubanos, e também a aprovação da carreira médica, colocando fim no Programa Mais Médicos mediante a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Programa Médicos pelo Brasil no âmbito da atenção primária à saúde no SUS, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps).

Uma das organizações médicas mais alinhadas com o governo Bolsonaro foi o CFM. Criado em 1951 para fiscalizar e normatizar o exercício da medicina no Brasil, realiza eventos da área médica; assessoria jurídica; cadastro geral dos médicos, etc. Na Pandemia se posicionou na defesa da cloroquina/hidroxicloroquina mediante o parecer n.º 4/2020.²⁴ Neste parecer o CFM considerou o uso desses medicamentos em pacientes com sintomas leves a graves de Covid-19. Para justificar essas indicações, a organização conclama à questão da autonomia do médico e da valorização da relação médico-paciente. De modo a delimitar uma base legal para os médicos que seguirem o parecer, o CFM forneceu o indulto de que os médicos que utilizaram tais medicamentos não estariam cometendo infração ética. A esse modo, desconsiderou as análises realizadas por outras organizações: sociedades de infectologia, de terapia intensiva e de pneumologia, que se posicionaram contrárias ao uso *off label* em casos iniciais da Covid, bem como as análises da Sociedade Brasileira de Imunologia e da Academia Nacional de Medicina.

Esses posicionamentos encorajaram Bolsonaro a lançar em maio de 2020 um documento intitulado *Orientações do Ministério da Saúde para o manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19*, em que recomendava o uso de Difosfato de Cloroquina; Azitromicina; Sulfato de Hidroxicloroquina e Azitromicina para pacientes adultos com sintomas leves do 1º a 14º dia de infecção. Essa recomendação também foi indicada para pessoas com sintomas moderados, adicionando a internação hospitalar; Difosfato de Cloroquina; Azitromicina; estendendo esse uso para pacientes com sinais e sintomas graves²⁵.

A posição favorável do CFM influenciou para que a política do governo tornasse o uso de medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid como uma política institucional e programa governamental. Ao colocar a autonomia do médico como epicentro do debate, o Conselho buscou se esconder por trás desta

²⁴ CFM. Processo Consulta n.º 8/2020. Parecer CFM n.º 4/2020. Disponível em: <https://cremers.org.br/wp-content/uploads/2020/06/16.04.2020-Parecer-CFM-4-2020-Tratamento-de-Pacientes-Portadores-de-Covid-19-com-Cloroquina-e-Hidroxicloroquina.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

²⁵ Orientações do Ministério da Saúde para o manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/arquivos/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19-pdf>. Acesso em: 4 abril. 2023.

premissa para ser permissiva a uma política negacionista, que contribuiu no fundo, para a promoção de mais óbitos.

Associação Médica Brasileira

Fundada em 1958, a AMB é responsável pela certificação de títulos de especialistas, e atuação médica no Brasil. É presente em 27 estados, 54 sociedades de especialidades e 396 Associações Regionais. Uma de suas funções é a realização da conexão entre a corporação médica e os órgãos do governo federal, participando por exemplo, da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM); Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde (COSAÚDE) e dos Comitês da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde (CONITEC)²⁶. Visando uma atuação para defesa dos interesses dos médicos no parlamento, a AMB criou o Núcleo de Atuação Parlamentar (NAP), com sede em Brasília (DF), e a Aliança pela Saúde no Brasil (ASB). Para defender a valorização da profissão, criou o Núcleo de Proteção ao Ato Médico (NUPAM), e o Programa de Educação para Médico Generalista do Brasil (PROGEB).

Em meio à pandemia, a AMB atuou em parceria com o CFM, difundindo e chancelando o negacionismo bolsonarista frente ao uso de medicamentos sem comprovação científica, emitindo notas de modo a defender a autonomia médica para permitir a indicação de tais medicamentos acoplados à ideia de que, por ser barato, medicamentos como hidroxiquina não receberiam a devida atenção da *Big Pharma*²⁷. Para a Associação, haveria um confronto político-ideológico sobre a hidroxiquina que estaria prejudicando e restringindo a autonomia dos médicos. Para isso, retoma a Declaração de Helsinque²⁸ para argumentar que no tratamento de uma patologia, o médico mediante consentimento do paciente pode utilizar intervenção não comprovada.

Todavia, a AMB esquece de pontuar que a própria declaração, já em seus princípios gerais estabelece que o médico deve promover e proteger a saúde, bem-estar e os direitos dos pacientes, inclusive dos que estão participando de pesquisas médicas. Ao argumentar que o uso da hidroxiquina caiu num âmbito de disputa política, essa organização desconsiderou as evidências científicas já emitidas pela OMS ainda

²⁶ AMB. Apresentação. Disponível em: <https://amb.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

²⁷ AMB. Hidroxiquina: AMB defende autonomia do médico. 19 de julho de 2020. Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2020/07/20/10_41_36_45_NOTA_Associa%C3%A7%C3%A3o_M%C3%A9dica_Brasileira_hidroxiquina.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

²⁸ WMA. Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (WMA). Princípios Éticos para Pesquisa Médica envolvendo Seres Humanos, 1964. Disponível em: https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/491535001395167888_DoHBrazilianPortugueseVersionRev.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

em maio de 2020.²⁹ Ao tratar de um problema pandêmico como um problema pessoal, da relação privada entre médico e paciente, buscou uma forma de burlar as recomendações científicas sobre o tema, trazendo para o âmbito do acordo pessoal um problema que em si faz parte de uma coletividade.³⁰ Em que pese esses fatos, nos pareceu curioso que, após a eleição da nova diretoria da organização para a gestão realizada ainda no ano de 2021, houve o rompimento dessa visão, condenando o uso de remédios ineficazes, de modo que agora defende medidas profiláticas como o uso de máscaras.³¹

Nesse mote, a AMB parabeniza a autorização do uso emergencial da vacina CoronaVac pela ANVISA, reconhecendo o trabalho de associações como a Fiocruz. Essa mudança está imbricada no próprio envolvimento do diretor César Eduardo Fernandes, com um perfil acadêmico de orientações de dissertações e teses. Todavia, apesar dessa mudança, cabe destacar que esse apoio ao bolsonarismo não passou incólume entre a comunidade médica. A própria AMB buscou pelo NAP em 2021, rechaçar os entes e médicos que em plena CPI da pandemia, marcaram defesa do governo Bolsonaro³². O NAP suprimiu a ligação da Associação mediante o Instituto Brasil de Medicina (IBDM) com o parlamento, tendo em vista que esse instituto também foi fiel às bandeiras bolsonaristas na saúde.

Instituto Brasil de Medicina

O IBDM é uma iniciativa da AMB de 2018, sendo uma associação de direito privado sem fins lucrativos com atuação no território nacional. Dentre seus objetivos destacamos a defesa dos interesses da corporação médica no congresso nacional

²⁹ WHO. Eficácia da cloroquina/hidroxicloroquina na gestão de casos de COVID-19. Com base na informação disponível a 20 de Maio de 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332262/WHO-AF-ARD-DAK-01-2020-por.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2023; WHO Solidarity Trial Consortium, Pan H, Peto R, et al. Repurposed Antiviral Drugs for Covid-19 - Interim WHO Solidarity Trial Results. *N Engl J Med.* 2021;384(6):497-511. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33264556/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

³⁰ GIOVANELLA, Ligia et al. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. *Saúde em debate*, v. 44, p. 895–901, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2020.v44n126/895-901/pt/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

³¹ DIAS, H. S.; LIMA, L. D. DE.; LOBO, M. S. DE C.. Do ‘Mais Médicos’ à pandemia de Covid-19: duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira. *Saúde em Debate*, v. 45, n. Saúde debate, 2021 45(spe2), p. 92–106, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E207>. Acesso em: 4 abr. 2023; AMB. Orientação da Associação Médica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre vacinação e tratamento farmacológico preventivo. 19 de janeiro de 2021.

³² LOPES, Raquel; VARGAS, Matheus. Apoio a pauta bolsonarista na pandemia causa racha em entidades médicas. *Folha de São Paulo*. 6 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/apoio-a-pauta-bolsonarista-na-pandemia-causa-racha-em-entidades-medicadas.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2023.

mediante a Frente Parlamentar Mista da Medicina³³. Em maio de 2021 a organização assinou uma carta endereçada à CPI da Pandemia, juntamente com mais de 1000 médicos, com argumentos favoráveis à defesa da médica Mayra Pinheiro (“doutora cloroquina”). Nessa carta, argumentaram que a referida médica sempre atuou na defesa da autonomia médica³⁴. Essa médica teve função ativa no governo Bolsonaro, inclusive na crise sanitária de Manaus, com a distribuição de cloroquina e manifestação, junto ao Ministro Pazuello, de uma política de descumprimento de medidas profiláticas e indicação do “tratamento precoce”.

Médicos pela Vida

Em sua página oficial o “Médicos pela Vida” se denomina como um espaço que congrega médicos de distintas especialidades que prestam assistência a pessoas acometidas pela Covid-19.³⁵ Para o grupo, os pacientes por temerem a hospitalização clamaram pelo tratamento precoce, sendo esse, um dos motivos para que o movimento “lançasse mão de condutas benéfica às pessoas”. A junção das experiências observacionais desses médicos aglutinadas no coletivo, formaram um protocolo guia para a classe médica com o intuito de não permitir que as pessoas fossem parar no hospital para serem entubadas. Dessa forma, entre os postulados do movimento destacamos: I) a participação de membros está balizada pela convicção; II) as evidências não são tudo na medicina, a perspicácia clínica e a experiência de vida não podem perder soberania; III) O protocolo elaborado pelo movimento é uma orientação e não imposição; IV) o exercício médico deve ser autônomo e sem interferências.

Esse grupo teria origem no Estado de Pernambuco, com apadrinhamento do médico e Deputado Federal Osmar Terra (MDB-RS), destacado pelas suas posições negacionistas na pandemia, sendo presidido pelo oftalmologista Antonio Jordão. Ainda no mês de setembro de 2020, quando o Brasil já apresentava mais de 140 mil óbitos, a entidade organizou uma reunião com Bolsonaro para defesa da hidroxicloquina junto ao biólogo Paolo Zanotto e a médica Nise Yamaguchi. Essa reunião ficou conhecida pela fala de Zanotto em relação à existência de um “gabinete das sombras”, iniciativa de aconselhamento ao ex-presidente da república por médicos que discordavam da atuação de Mandetta na pasta em relação à pandemia.

O movimento lançou pelo menos 4 manifestos em defesa do tratamento precoce como uma forma eficaz de evitar a entubação de pessoas, a exemplo do manifesto do 12 de maio de 2020. Nessa nota, fica claro que a posição do movimento por uma condução de tratamento por via oral, no qual seria primária, simples e de baixo

³³ PUJOL, Luiz Ernesto. Instituto Brasil de Medicina. Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná. 2018. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Instituto-Brasil-de-Medicina-13-49384.shtml>. Acesso em: 08 abr. 2023.

³⁴ Carta aberta do movimento médico à comissão parlamentar de inquérito da pandemia - CPI da Covid Senado Federal. Brasília - DF, 24 de maio de 2021. Disponível em: https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1621945743_carta-aberta-apoio-dra.-mayra-cpi.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

³⁵ <https://medicospelavidacovid19.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

custo, evitando a evolução da Covid-19 para casos que necessitem de internação³⁶. Crítica o isolamento social, apontando que nos municípios onde o tratamento precoce foi adotado, os resultados em termos de combate à pandemia foram exitosos.

No segundo manifesto também percebemos a defesa da autonomia médica e do direito do paciente ao tratamento precoce. Nesse sentido, argumentam que o tratamento precoce, por ser uma opção barata, estaria contrariando interesses de setores políticos, midiáticos e empresariais que almejavam impedir a livre prescrição terapêutica. A entidade indica como recomendação ao Ministério da Saúde: I) direcionamento de recursos e estabelecimento do atendimento precoce; II) assegurar a disponibilidade de medicamentos como: Ivermectina, Nitazoxanida, Hidroxicloroquina, Azitromicina e Sulfato de Zinco; III) premiar os municípios que melhor cuidarem de suas populações.³⁷

Em fevereiro de 2021 é lançado um terceiro manifesto que, na mesma toada dos anteriores, reforça posição do movimento pelo tratamento precoce. Esse manifesto também faz referência ao parecer de número 4/2020 do CFM que chancelou a autonomia médica para o uso do tratamento médico disponível, que nesse caso, seria o tratamento precoce. Diante dessas posições, o movimento organizou na primeira semana de março de 2021 uma jornada médica on-line intitulada *Tratamento inicial da Covid-19*, com distintos painéis.³⁸ O mais curioso dessa defesa realizada pelo movimento é a sua argumentação quanto à não politização do tratamento precoce, e a suposta teoria de que os medicamentos contidos no tratamento precoce serem de baixo custo, estariam sendo solapados por interesses da *Big Pharma*. Ocorre que, ao contrário do que a própria entidade defende, ela teve anúncios financiados pela empresa VITAMEDIC, empresa que produz o medicamento Ivermectina, indicado no tratamento precoce.³⁹ Apesar desse choque de interesses, que de forma óbvia, a associação não externalizou ao público, sendo possível vir a público mediante à CPI da pandemia em 2022, quando a vacinação, apesar da sabotagem do próprio governo federal em relação ao tema, um quarto manifesto foi lançado, agora, contra a vacinação de crianças de 5 a 11 anos.⁴⁰

³⁶ MÉDICOS PELA VIDA. Manifesto I: manifesto em defesa da vida e do tratamento pré-hospitalar da Covid-19. 12 de maio de 2020. 2020a. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=1>. Acesso em: 9 abr. 2023.

³⁷ MÉDICOS PELA VIDA. Manifesto II. 11 de julho de 2020. 2020b. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=2>. Acesso em: 09 abr. 2023.

³⁸ MÉDICOS PELA VIDA. Manifesto III. 16 de fevereiro de 2021. 2021. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=3>. Acesso em: 09 abr. 2023.

³⁹ CPI. Informe publicitário: Médicos pela Vida. 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/71a16f6c-c6fc-44e7-b36d-588ff7f4f4ca>. Acesso em: 09 abr. 2023.

⁴⁰ MÉDICOS PELA VIDA. Manifesto IV. 10 de janeiro de 2022. 2022. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=4>. Acesso em: 09 abr. 2023.

Movimento Brasil Vencendo a Covid

Em 24 de agosto de 2020, após mais de 100 mil óbitos por Covid-19 no Brasil, um conjunto de médicos produziram uma carta em defesa do tratamento precoce, entregue em solenidade ao ex-presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto⁴¹. Esse conjunto de médicos seria formado por mais de 10 mil profissionais que estariam em comunicação mediante grupos de aplicativos de mensagens, atuando assim desde pelo menos abril de 2020.

Entre as falas proferidas na entrega da carta a Bolsonaro, destacamos o argumento da médica Raissa Soares, para a qual a população não precisaria mais se preocupar, tendo em vista que haveria um tratamento, salientando que o movimento Brasil vencendo a Covid seria caracterizado sobretudo, pela ousadia no uso de medicamentos como a hidroxicloroquina.⁴² O grupo também citou como caso de sucesso no combate à pandemia a experiência realizada pela Unimed de Belém do Pará. Nessa experiência foram distribuídas doses de azitromicina, cloroquina e ivermectina para as secretarias de saúde do estado⁴³. Essa mesma argumentação pode ser encontrada na fala da médica Luciana Cruz, que esteve presente no evento de entrega da carta a Bolsonaro. Natural de Belém do Pará, a médica argumentou que a distribuição dos medicamentos pela Unimed Belém proporcionou uma queda nas solicitações de leitos, além do não registro de óbitos por arritmia cardíaca vinculada ao uso da hidroxicloroquina. Essas falas e noções foram ventiladas pelo governo Bolsonaro, que passou a defender a autonomia médica e o tratamento precoce como panaceia para a pandemia⁴⁴.

Considerações finais

No presente artigo realizamos uma análise sobre as posições assumidas pelas organizações e movimentos médico brasileiros: I) Conselho Federal de Medicina; II) Associação Médica Brasileira; III) Instituto Brasil de Medicina; IV) Médicos pela Vida; V) Movimento Brasil Vencendo a Covid, nos baseando teoricamente nas reflexões realizadas por Antonio Gramsci. Nesse sentido, entendemos que, no conjunto, dos

⁴¹ A gravação da solenidade pode ser acessada em: <https://youtu.be/NSVJ8BzkiTU?t=5>. Acesso em: 09 abr. 2023.

⁴² ALVIM, Mariana. O grupo de '10 mil' médicos pró-cloroquina que se aproximou de Bolsonaro com 'evento histórico'. BBC Brasil. 3 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53994532>. Acesso em: 4 abr. 2023.

⁴³ Unimed Belém doa medicamentos para interior do Pará. 20 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.centralnacionalunimed.com.br/pt/web/guest/home/imprensa/noticias-unimed/listagem-noticias/unimed-belem-doa-medicamentos-para-interior-do-para>. Acesso em: 09 abr. 2023.

⁴⁴ Médicos entregam carta ao Presidente defendendo tratamento precoce contra a Covid-19. 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/08/medicos-entregam-carta-ao-presidente-defendendo-tratamento-precoce-contra-a-covid-19>. Acesso em:

APHs que tivemos acesso, a emanção de opiniões, *lives*, e a defesa de medidas como o tratamento precoce foram essenciais para o governo Bolsonaro materializar o negacionismo científico em escala nacional. Mesmo que essa operação não seja possível de ser realizada de modo imediato, compreendemos que a formação de consenso entre essas organizações médicas implica no aparato teórico-intelectual pelo qual o bolsonarismo fez uso para tornar medidas como o tratamento precoce como uma política governamental.

Essa operação se torna mais deletéria quando no seio da própria sociedade civil, o médico é considerado historicamente uma autoridade pela sua própria prática profissional. Essa característica faz parte de nossa formação econômico-social, tendo em vista que o ser médico implique numa posição de status atrelada à própria origem social desses profissionais, vinculados a uma pequena e média burguesia, que almejam fazer parte do grande capital. Longe de qualquer apriorismo teórico, percebemos aqui também a atualidade elaboração de Gramsci, para o qual o Estado não pode ser visualizado apenas pelo elemento da opressão, mas também do consenso, estabelecido no seio da sociedade civil.

Ademais, refletimos que, do ponto de vista de um maior aprofundamento na temática posta em tela, é necessário o estudo e aprofundamento sobre os elementos históricos, inerentes à formação econômico-social brasileira que remetem à profissão médica no Brasil, buscando inseri-la no marco dos interesses de classe e frações de classe, de modo que a investigação possa desvelar mecanismos históricos associados tanto a APHs formados por médicos, e quais suas posições assumidas no contexto histórico brasileiro.

Artigo recebido em 28.3.2023

Aprovado em 11.6.2023